

Do falso luxo à miséria geral: cidades (in)visíveis

Cíntia Borges de Almeida 

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA)

Resumo

A proposta do trabalho visa problematizar as representações de cidade moderna e uma busca pelo controle da população que circulava nesse espaço em transformação a partir dos projetos de reforma urbana pensados para a cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Pela análise dos discursos (FOUCAULT, 2001), a partir da imprensa carioca e por via das crônicas publicadas pelo literato Lima Barreto, na revista *Careta*, compreende-se a educação formal como parte de um projeto civilizatório, imbricada a um projeto urbanístico de cidade. Contudo, verifica-se, nas reformas implementadas pelos poderes públicos, a divisão da cidade entre o desenvolvimento do centro urbano e as mazelas do subúrbio e das favelas, evidenciando uma forjada modernidade observada pelo direcionamento de mais investimentos na cidade para se ver do que na cidade para se viver.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Impresses; Modernidade.

Abstract

From the false luxury to the general misery: cities (in)visible

The purpose of this work is to problematize the representations of a modern city and a search for control of the population that circulated in this space in transformation from the urban reform projects designed for the city of Rio de Janeiro in the first decades of the twentieth century. Through the analysis of the discourses (FOUCAULT, 2001), from the Rio de Janeiro press and through the chronicles published by the literary Lima Barreto, in the magazine *Careta*, it was possible to understand formal education as part of a civilization project, inserted in a project of urbanization of the city. However, in the reforms implemented by the public authorities, the division of the city between the development of the urban center and the problems of the suburbs and the shanty town reveals a forged modernity observed by the direction of more investments in the city to see than in the city to live.

Keywords: Rio de Janeiro; Printed matter; Modernity.

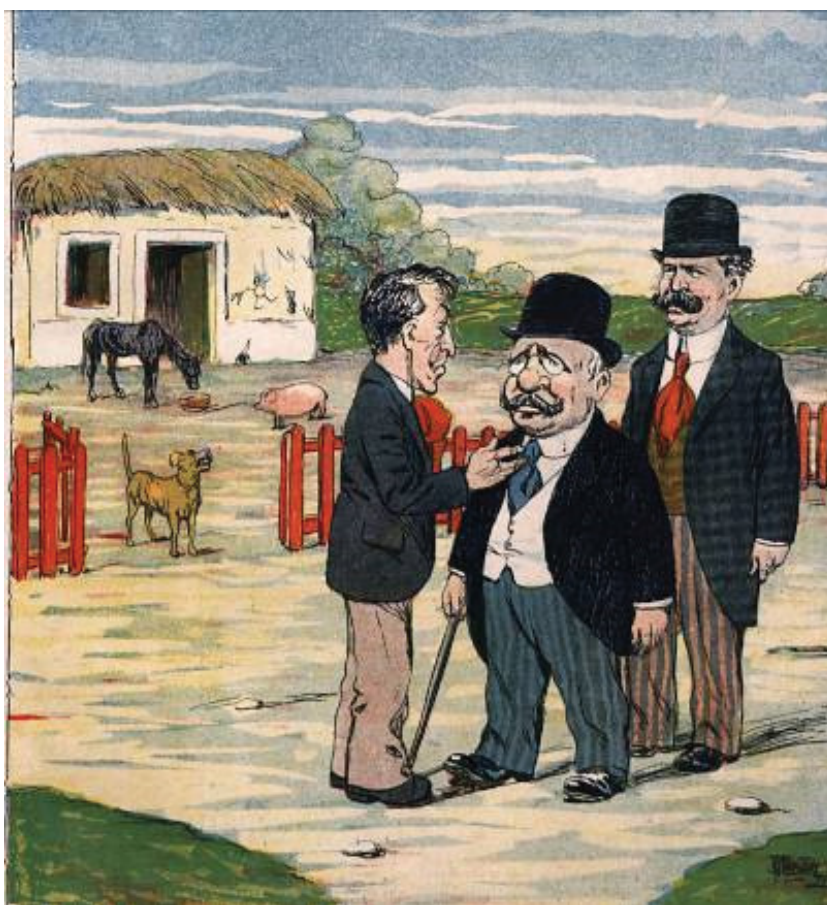
Resumen

Del falso lujo a la miseria general: ciudad (in)visibles

La propuesta del trabajo busca problematizar las representaciones de ciudad moderna y una búsqueda por el control de la población que circulaba en ese espacio en transformación a partir de los proyectos de reforma urbana pensados para la ciudad de Río de Janeiro en las primeras décadas del siglo XX. Por el análisis de los discursos (FOUCAULT, 2001), a partir de la prensa carioca y por vía de las crónicas noticiadas por el literato Lima Barreto, en la revista *Careta*, se comprende la educación formal como parte de un proyecto civilizatorio, envuelta en un proyecto de urbanización de la ciudad. Sin embargo, en las reformas implementadas por los poderes públicos, se verifica la división de la ciudad entre el desarrollo del centro urbano y los problemas del suburbio y los barrios bajos, evidenciando una forjada modernidad observada por la dirección de más recursos en la ciudad para verse que en la ciudad ciudad para vivir.

Palabras clave: Río de Janeiro; Impreso; Modernidad.

Introdução



Fonte: O Malho 1913, p. 1, edição n. 572.

Figura 1 – Charge “De mal a pior”.

Tratava-se apenas de uma conversa informal entre um membro do povo e os representantes dos poderes públicos. Nela, “Zé Povo” anunciava a existência de um “quarto poder” para Marechal Hermes da Fonseca e Rivadávia Cunha Correia, Presidente do Brasil, e o recém-nomeado Ministro da Fazenda, respectivamente, em 1913 (Figura 1). Em seu anúncio, “Zé Povo” protestava sobre o envolvimento da imprensa “no rolo nacional e no poder judiciário” (O MALHO 1913, p. 1), destacando a intervenção da imprensa nas decisões políticas do país a partir do “barulho dos diabos” que os discursos ali divulgados acarretavam.

As estratégias de convencimento usadas pela imprensa são o que, na literatura brasileira do início do século XX, o escrivão, criado por Lima Barreto na obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, denominou em suas recordações no âmbito do jornal *O Globo* de “Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição” (BARRETO 1971, p. 115). Sua afirmação sugere a compreensão dos “malabarismos” e “habilidades”

na construção de uma notícia. Nessa direção, propõe-se analisar as representações forjadas de cidade moderna e uma busca pelo controle da população que circulava nesse espaço em transformação. Para tanto, a literatura e a imprensa serão fontes de análise do discurso.

Pensar a cidade do Rio de Janeiro, principalmente nos anos que seguem à chegada do século XX, consiste em identificar a divisão da cidade entre o desenvolvimento do centro urbano e as mazelas do subúrbio e das favelas que começavam a se originar, bem como o papel do Estado nesses espaços, atuando na transferência de sua responsabilidade a respeito dos projetos sociais, dentre eles, as práticas educativas voltadas para a mudança da cidade e dos sujeitos que nela habitam.

Ao operar com a imprensa e com a literatura, verifica-se, inicialmente, pelas páginas da *Revista Fon-fon*, que, entre várias políticas sociais, a escolarização era identificada como uma forte aliada no projeto nacional. O ensino obrigatório era considerado “quase tão velho como o mundo”. A expansão das escolas para todos os cidadãos “de uma pátria” era condição de “civilização”. Ainda que com pouco destaque no impresso, a publicação servia para chamar a atenção sobre o papel do governo em relação à instrução pública primária:

Charondes, o grande legislador grego citado por Jamblico e Aristóteles, o discípulo de Pythagoras e autor dos códigos das cidades chalcidicas da Itália e da Sicília, instituiu o ensino público obrigatório séculos antes da era christã. O mestre era obrigado a auxiliar os filhos dos pobres para que esses pudessem decentemente comparecer às escolas. Quando se pensa que há mais de dois mil anos um homem fazia essas leis, é que se vê quão pequeninos e ignorantes são os que dirigem no Brasil e especialmente no Rio a instrução pública primária! (FON-FON 1920, p. 8).

Apesar dos múltiplos debates travados durante os diferentes contextos do Império (com ênfase para as décadas de 1870 e 1880) e da República (com foco na década de 1910 e início dos anos de 1920), o ensino obrigatório não foi acrescentado no texto constitucional de 24 de fevereiro de 1891.

Ao dar luz a algumas pesquisas já realizadas (ALMEIDA 2018) nota-se que o debate estava posto na Câmara dos Vereadores, nas Assembleias Parlamentares, nos discursos presentes nos relatórios dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, a obrigatoriedade do ensino primário não foi implementada no Distrito Federal, entre os anos observados de 1900 a 1922, sob alegação de falta de recurso financeiro dos poderes públicos.

Diante tal constatação, problematiza-se neste texto o fato de que, apesar da defesa em torno da educação formal, inclusive, como uma estratégia de conformação social, ter se observado a partir das fontes que permitem analisar as principais reformas urbanas instituídas na cidade do Rio de Janeiro, houve um esforço dos legisladores em destacar a modernidade da capital a partir de símbolos e repertórios imaginários, investindo mais naquilo que era pra ser visto do que no que era pra ser vivenciado. Assim, o pouco investimento dado às escolas públicas sinaliza uma forjada modernização direcionada mais para o meio social em detrimento dos interesses e benefícios dos seres que nele estavam inseridos.

Com foco na análise a partir da operação com fontes jornalísticas e por via dos discursos deferidos por Lima Barreto em crônicas, notícias de jornais e nas suas obras de literatura, vale observar a educação formal sendo apontada como algo de interesse comum e imbricada a um projeto urbanístico de cidade. Compreende-se que estratégias e dispositivos políticos e sociais foram pensados para legitimar a representação de um discurso em torno da civilidade e modernidade. Dentre muitos que poderiam servir como exemplo, como já foi destacado, a disseminação do debate em torno da importância da instrução e da inculcação dessa necessidade pela população foi propagada como “condição de civilização”.

Assim, para Michel Foucault, o discurso em geral obedecia a certo número de regularidades internas, sendo avaliado pelo seu aspecto linguístico. No entanto, sua concepção define o discurso inspirado em “jogos estratégicos”, de “ação e reação”, de “dominação”, “esquiva” e de “luta” (FOUCAULT 2001, p. 9). Partindo desse pressuposto, pensa-se haver uma relação, ainda que de forma implícita, entre a transformação urbana do Rio de Janeiro e a tentativa de “transformação populacional” por meio da ideia difundida de que a educação formal, também, seria um elemento agregador para a modernidade almejada. Nas estratégias adotadas, ainda que se reconhecessem as formas escolares como condição de desenvolvimento da sociedade recorreu-se, principalmente, ao embelezamento da cidade.

A ideia de “mudança do meio social” e da tentativa de formação de “um novo ser” (SILVA 2008), partícipe dessa sociedade, aparece subentendida ao se dar luz a um projeto inicial de modernização do espaço urbanístico e ao se problematizar as práticas educativas que estavam sendo garantidas para os diferentes grupos da população que se desejava “modernizar”, principalmente, as condições de escolarização proporcionadas para a classe popular.

A modernidade, com base nos estudos de Foucault, está vinculada ao espaço e ao tempo, todavia, podendo ser entendida pelo ponto de vista político que se inicia com a Revolução Francesa, pelas formas de exercício de poder, de modo que modernidade é equivalente à época da “normalização”, sendo, ainda, equivalente à época de um poder que se exerce como disciplina sobre os indivíduos e como biopolítica sobre as populações (FOUCAULT 2000).

Sob uma tentativa de representação forjada, a capital do Brasil foi considerada por muitos autores como “símbolo do novo país” (CAMARA 2010, p. 91), valendo realizar um esforço para compreender os interesses por trás da ideia, considerando a relação estabelecida entre o novo espaço e a “normalização” dos sujeitos que nele circularão. Para se pensar sobre o moderno e o progresso anunciado é importante entendê-lo a partir da inscrição de símbolos e medidas na sociedade, de modo a modificar o espaço urbano e garantir homogeneidade de formações e valor. Portanto, a palavra progresso também “figura como desenvolvimento da educação, da formação de pessoal, um elemento fundamental da ideia de civilização” (AZEVEDO 2016, p. 71).

Se a educação é capaz de “mudar” a sociedade, mobilizar seu progresso e traçar nela linhas de modernidade, quem serão os aliados que buscarão disseminar este discurso e visualizar novos rumos para a nação? Os políticos, mas também os professores, jornalistas, engenheiros, militares, partícipes da sociedade civil que vislumbraram na expansão da educação um caminho para o crescimento nacional. Partindo desse pressuposto, o jornal passa a ser compreendido como um instrumento de pesquisa para se verificar os discursos explanados.

No Rio de Janeiro havia um grande número de pessoas que, embora não letradas, não eram imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. O pobre urbano, citado por Sidney Chalhoub (2012), ouvia comentários sobre o caso do crime intitulado “A tragédia da Tijuca” por vizinhos ou amigos. Ele, ainda, “ouvia a reportagem do jornal lida em voz alta por um companheiro mais letrado no botequim” (CHALHOUB 2012, p.183), demonstrando um caráter educacional nas rodas de conversas e a ação indireta da leitura na vida dos considerados “iletrados”.

Os periódicos transformavam-se, alterando, juntamente com eles, seus modos de produção, bem como o teor de seus discursos. “Passa [vam] a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer[ia] ser símbolo de um novo tempo” (BARBOSA 2007, p. 22).

Apesar dos aspectos modernos marcados, inclusive, pelo crescimento industrial, o Rio de Janeiro reunia alguns fatores que impediam a concretização desse intenso desejo de ser reconhecido como uma Metrópole, alinhado às experiências inspiradoras de Paris e Londres, afinado às ideias de progresso, civilização, modernidade e bom gosto que já circulavam em Buenos Aires, México e até mesmo São Paulo. Conforme salienta José Geraldo Moraes (1994), “o seu desejo incontido de se parecer com a Europa”, nos casos brasileiros, principalmente, na capital federal, influenciou “o modo de vida de muitos brasileiros do início do século” (MORAES 1994, p. 21).

Alinhado ao juízo de Foucault de que modernidade também se configura como atitudes, maneiras de pensar e de agir, logo, tratando-se de mudanças de pensamento, transformações e rupturas nos campos de conhecimento e nas formas de poder (FOUCAULT 2000), é possível pensar que a imagem de cidade moderna, consequentemente, se associava a uma preocupação com as práticas em geral, fossem elas discursivas ou, também, de formação.

Para tanto, José Cláudio Sooma Silva (2009) chama a atenção para as atitudes de modernidade envolvendo a população. Pensar uma cidade moderna, mais precisamente a cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, demanda um esforço para compreender que tais mudanças passavam por um compromisso ético que teria de ser despertado e enfatizado no meio social. E foi justamente em função da tentativa de despertar esse compromisso que as luzes se voltaram para o entrelaçamento do urbanismo com a (re)significação dos debates acerca da educação primária:

Essas duas modalidades de intervenção social integrariam estrategicamente o rearranjo dos componentes arquitetônicos com a remodelação dos comportamentos e tradições da população, contribuindo, assim, para a conformação da paisagem urbana carioca (SILVA 2009, p. 103).

Ao se tentar compreender o Rio de Janeiro “sedutor” e, ao mesmo tempo, “injusto” por “suas desigualdades” (ROCHA, CARVALHO 1986, p. 108), o olhar de Lima Barreto exposto em suas crônicas, problematiza a modernização da capital, apontando-a como “uma cidade para ser vista, mais do que ser vivida” (RESENDE 2017, p. 18). Essa afirmação sugere pensar a imagem e a beleza que se pretendia destacar a partir dos seus espaços urbanos, das ruas “por onde circula[va] a elegância”, elementos de modernidade na cidade que se almejava dar luz e visibilidade.

Em meio à sensação de decadência, física e espiritual, da cidade, a sociedade carioca pressionava através dos jornais e de entidades privadas “por uma ampla reforma

urbana na capital [...]. A cidade, com suas fachadas de prédios coloniais, era considerada suja e não civilizada, necessitando de saneamento urgente e radical” (AZEVEDO 2016, p. 132). Serão as Reformas dos governos federal e municipal, lançadas por Rodrigues Alves e pelo Prefeito Pereira Passos que iniciarão a reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro conferindo, ainda, à República, “maior legitimidade política”, prometendo “regenerar a capital do país” (p. 133).

A partir de 1904, o progresso esteve vinculado ao desenvolvimento de ações ditas civilizadoras. Nessa direção, Pereira Passos (1903-1906), prefeito da capital do país, instituiu uma série de medidas que fomentaram uma “ética urbana”. Isso significava estabelecer novos usos e costumes, de modo que ser civilizado seria enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, o que para André Azevedo representava estar associado ao reconhecimento “da legitimidade do espaço privado, ao autocontrole, e à percepção do espaço público como um espaço que deva ser utilizado a partir da observação a regras estabelecidas por leis” (idem, p. 190).

Apesar dos ares de modernidade, nem tudo se configurava de acordo com essa atmosfera. Através do olhar de Lima Barreto, que expressava a beleza e o encantamento que a capital ganhava em seu espaço urbano, esses mesmos olhos, interpretados por Beatriz Resende (2017), denunciavam sua pluralidade, marcada pela presença do belo, mas também “perturbada” pelas desigualdades impulsionadas pela Reforma Pereira Passos. Se houve investimento na transformação urbana, possibilitando que estrangeiros visitassem e circulassem pela Metrópole embelezada, também, não se pode negar, que a utilização destes espaços por diferentes grupos sociais (principalmente negros e ex-escravos) “não contribuiu com os interesses capitalistas de estrangeiros e brasileiros tampouco ao Estado Republicano” (BENCHIMOL 1992, p. 245). Marcava-se uma cidade modernizada para poucos.

“Nem tudo que reluz é ouro”: das reformas urbanas à (in)visibilidade de uma cidade

As denúncias de Lima Barreto, no sentido de potencializar a representação do Rio de Janeiro forjado, não foram poucas diante da cidade que se dividia e das políticas realizadas. Contudo, “em sua intensa contribuição à imprensa como cronista” (RESENDE 2017, p. 18), ainda que se tenha prevalecido sua paixão pela terra carioca, em outras ocasiões, o autor traz para discussão a ocupação dos bairros do subúrbio

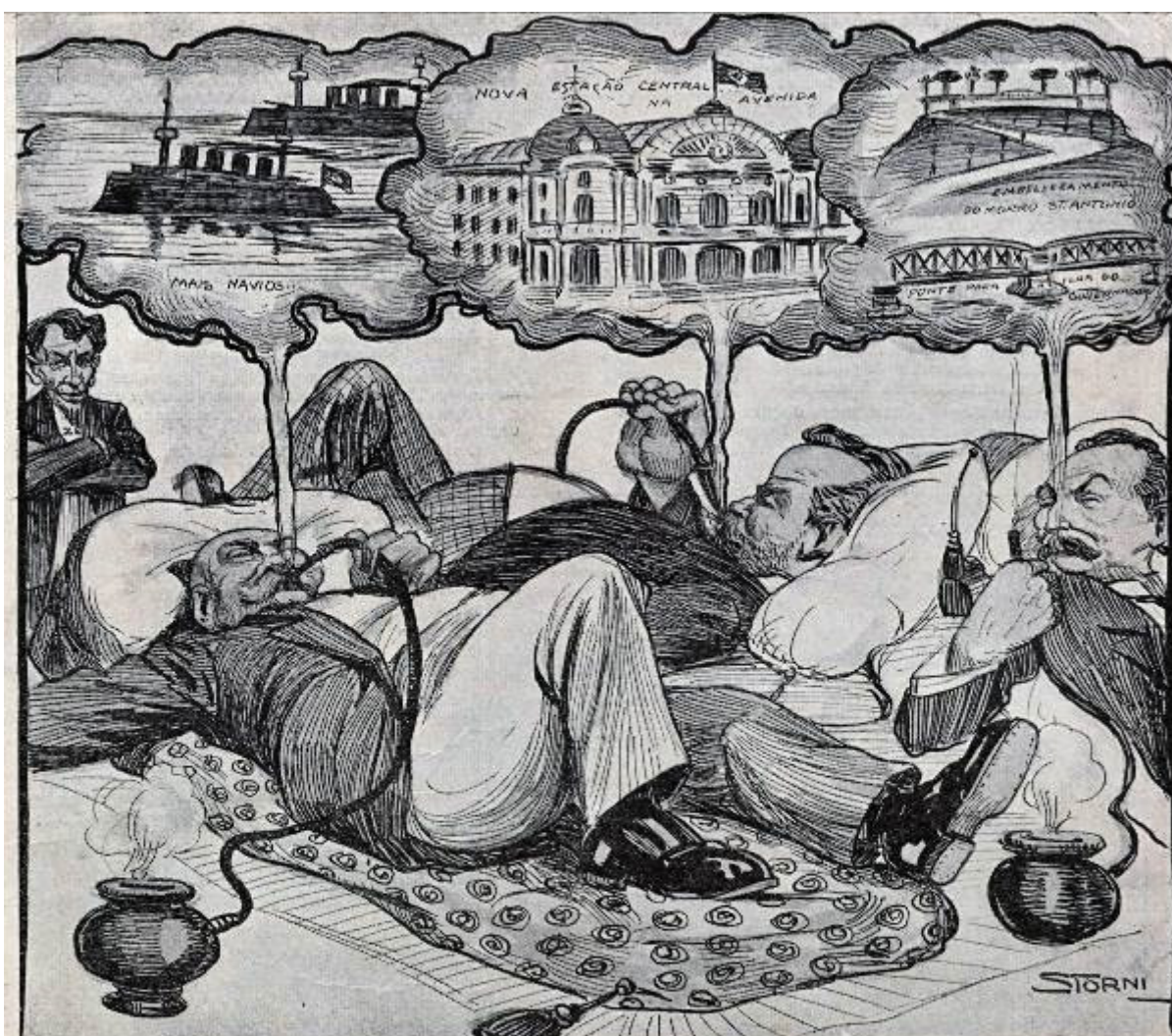
carioca e o pouco investimento público na estrutura dessas localidades. Contudo, havia, também, uma parte da população da freguesia central que, por falta de opção e condições financeiras, não conseguiu acompanhar o chamado “Bota-abaixo” proposto pelas reformas urbanísticas. Daí destaca-se o aspecto relevante da questão das “favelas”. No início do século XX, já existiam algumas “favelas” no Rio de Janeiro. O espaço desta nova forma de habitação com casebres construídos em morros, em encostas, construções com material de procedências de “demolições, sobras ou mesmo o lixo das derrubadas” aponta para a solução alcançada “para o problema da moradia das camadas mais desfavorecidas da população” (ROCHA, CARVALHO 1986, p. 95-96). São os casos do Morro da Favela, Morro da Providência, Morro do Castelo, Morro de Santo Antônio, dentre outros.

A “favelização” e a “marginalização” do subúrbio carioca demonstram que, apesar dos proclames de modernização, “a cidade maravilhosa” (ALMEIDA 2018, p. 18) – menção usada para enaltecer a reforma urbana de Pereira Passos – enfrentava sérios problemas em seu território. Denunciando as reformas urbanísticas do centro e da área mais nobre da cidade, Lima Barreto também utilizava a imprensa para relatar a divisão de classes econômica e social observada a partir do anunciado projeto de modernidade republicano. Segundo o escritor, a principal preocupação dos governantes vinha sendo criar estratégias para dividir a capital “em duas cidades: a européia e a outra a indígena”. Se no centro da capital e nos bairros “nobres” da cidade concentravam os habitantes de pele “alva”, com suas boas vestimentas, podendo circular em ruas recentemente reformadas e melhoradas a partir da “transformação urbana”; o mesmo não se podia dizer do cenário suburbano. Diferente dos “ares de metrópole”, os bairros mais afastados ainda mantinham suas ruas principais “calçadas há bem cinquenta anos, a pedregulhos” (CARETA 1921a, p. 04).

Suas queixas, em nome da “gente mais ou menos amarela ou negra”, consistia no pedido de atenção dos poderes públicos e “cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma”. Lima Barreto questionava em suas crônicas a incoerência em se discutir a modernidade e o progresso da nação e ainda, os governos insistirem em não atender, em primeiro lugar, “ao interesse comum dos habitantes da cidade e fornecer o mais possível a vida da gente pobre?” (CARETA 1921a, p. 4). O Rio de Janeiro pelos olhos do escritor consiste em, mesmo nas crônicas nas quais não há a intenção da denúncia, compreender uma cidade forjada pelos ares de modernidade, embora, assumidamente excludente, com

espaços, hábitos e comportamentos que sinalizavam a distinção social. Afinal, quem progrediria com as medidas adotadas na cidade?

Via pela República um desejo de progresso, modernidade e cidadania. Para seus administradores, o progresso deveria conduzir à civilização, independente se isso traria um confronto entre as práticas sociais das classes populares e os hábitos e comportamentos impostos por uma parte da elite econômica da cidade. É possível compreender tal afirmação a partir da charge publicada pelo jornal *O Malho* (Figura 2).



OS TRES SONHADORES

Rio Branco :—Mais navios! Ainda maiores do que o *S. Paulo* e o *Rio de Janeiro*... navios, que sejam os maiores do mundo.
Frontin :—Uma estação da Central, na Avenida Dita! Uma estação monumental, apparatusa, espalhafatosa! Outra ainda maior na Ilha Grande, uma ponte, a mais importante do mundo, ligando a cidade à Ilha do Governador... A Central prolongada até o Acre!...
O Prefeito :—O morro de Santo Antonio feito um jardim... suspenso, à moda de Babilônia, o morro do Castello melhorado e arranjado como as ruínas de Roma...
Zé Povo :—Não ha duvida. Em baratear a vida do pobre povo, que não pode com a carga, elles não pensam. Estão atacados da mania das grandezas ou então estão mesmo varridos de todo.

Fonte: *O Malho* 1911, p. 23, edição 00478.

Figura 2 – Charge “Mania das grandezas”.

Na charge “Mania das grandezas”, o jornal critica o projeto de embelezamento da cidade e a modernização dos espaços de acesso à capital nacional sem benefício para a vida da população mais pobre. No jornal *O Malho*, quase que diariamente, o personagem Zé Povo era caricaturado como um sujeito “sempre prejudicado” pelos “mandos e desmandos” da política municipal. O que se percebe, ao contrário de pensar em políticas voltadas para “a vida do pobre povo” (O MALHO 1911, p. 23), já se anunciava o interesse em transformar os Morros de Santo Antônio e “Castello”, lugares onde habitava essa população que não se beneficiaria da transformação urbana anunciada pelos políticos ilustrados.

Essa análise ganha respaldo a partir de uma entrevista com o diretor-geral de saúde pública, Dr. Carlos Seidl, concedida ao *O Imparcial*, em 1912. Nela, o diretor alegava que os “perigos perenes para a população”, de cunho higienista, estavam sendo tratados com “muito desvelo e humanidade” (O IMPARCIAL 1912, p. 5). Na entrevista, Carlos Seidl declarava parecer “muito favorável” aos projetos de “salubridade da capital”, o que representava “tomar enérgicas providências para melhorar as condições higiênicas dos moradores de S. Bento, Santo Antônio, Favella, Saud e o Morro do Castello” (IDEM, p. 5).

Tais providências se apoiavam, por exemplo, na determinação para a destruição dos barracões do Morro de Santo Antônio devido às “condições precárias”, sem condições higiênicas que foram construídos “uns sobre os outros sem o menor respeito às condições de salubridade” (idem, p. 5). Contudo, a destruição não aconteceu sem resistência da população, conforme é possível verificar. De acordo com o discurso presente na entrevista do diretor geral de saúde pública “o proprietário de um dos barracões, o mais immundo delles, apresentou-se com um mandato de manutenção do juiz” (IDEM, p. 5).

A resistência dos moradores começava a ser identificada como “problema” para os poderes públicos que vislumbravam utilizar a área em prol da urbanização da cidade. Segundo a matéria no *O Imparcial* “faltava pulso” das autoridades para resolver a questão. O jornal chamava atenção para os “modelos das casas do Morro de Santo Antônio” (O IMPARCIAL 1913c, p. 5), que ocuparam o antigo pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura, transformando-os em “casebres, onde residem representantes da escória da sociedade” (IDEM, p. 5) conforme opinava o impresso.

Os problemas causados pelo Morro de Santo Antônio diziam respeito à sua boa localização “naquella bonita colina tão digna de melhor sorte do que os seus horrí-

veis casebres de sarrafo” (O IMPARCIAL 1913a, p. 2). Todavia, além do interesse que se vê em sua área geográfica, havia os supostos incômodos trazidos por sua população, ao circular pelas áreas centrais da cidade como acontecia com o uso feito do chafariz da Carioca pelos “infelizes habitantes maltrapilhos e mal afamados”. Nessa direção, clamava-se à imprensa e à autoridade que agisse. De acordo com *O Imparcial*, para que se alcançasse a modernidade, “o Morro de Santo Antônio é o que o Rio de Janeiro ter[ia] que arrastar, com a sua elegância, aquelle trapo imundo” (O IMPARCIAL 1913a, p. 2).

A mensagem havia sido transmitida pelo jornal, reforçando o discurso de que era preciso buscar “providências”. Contudo, elas não se deram de modo a beneficiar os moradores. Assim, estabelecia-se um jogo pelo poder e nele venceria o mais forte.

O “cosmopolitismo” e os “mafuás”: entre uma cidade para ver e outra para viver

O paradoxo se evidenciava. Acreditava-se que a educação formal seria uma estratégia para se validar a modernidade e civilidade da cidade, assim como conformar um novo ser social que se almejava garantir no seio da sociedade. Contudo, o empenho com a transformação da cidade do Rio de Janeiro e, junto a ela, com a suposta modernização urbana, para se fazer valer, pouco se investiu na estratégia reconhecida como aliada do projeto de nação em progresso.

No jogo pelo poder que estava posto, não importavam as perdas sociais, materiais, tampouco de dignidade. Perdiam-se casas, perdia-se o direito de circulação, perdia-se o direito de buscar seus próprios direitos. É o caso da educação negada aos esquecidos das cidades (in)visíveis. Um exemplo dessa perda de direitos trata-se da instituição de escolas de dois turnos, reforma implementada pelo prefeito Dr. Paulo de Frontim, em 1919.

De acordo com a denúncia na Câmara Municipal, pelo Sr. Albérico de Moraes, a reforma implementada de escolas de dois turnos levou o fechamento “de 2, 3 escolas na mesma rua, para que se reunissem essas a outras situadas, muitas vezes, a quilômetros de distância”. A medida, segundo o pronunciamento informado, fez “o prefeito, em dois dias, mandar fechar 97 escolas” (JORNAL DO COMMERCIO 1919, p. 7). Pensando a pouca preocupação com as perdas sociais da população “periférica”, verifica-se que as estratégias tomadas vinculavam-se a um jogo de poder calcado em interesses particulares voltados para a diminuição dos gastos dos cofres públicos ou sua realo-

cação para projetos políticos que dariam mais visibilidade estética à cidade, como foi possível notar, por exemplo, com a criação dos grupos escolares centrais, em áreas de maior circulação, reconhecimento e notabilidade.

Outro exemplo em que se permite verificar a falta de interesse com a vida e com os prejuízos das classes populares, relaciona-se à retirada de indivíduos dos centros urbanos e seu deslocamento para áreas periféricas, como acontecido nos anos de 1920 e 1921, no governo de Carlos Sampaio, com o “desmonte do Morro do Castelo” (SILVA, 2009, p. 75), uma das principais e mais populosas áreas de habitação popular.

Sob forte apoio da imprensa pelo seu desmonte, com base em justificativas de utilidade pública, no dia 11 de março de 1921, foi assinado pelo prefeito referido o Decreto nº 1.451, de 17 de agosto de 1920, aprovando os novos planos organizados para o arrasamento do Morro do Castelo e melhoramentos na área resultante, “desapropriando, na forma da legislação vigente, os prédios e terrenos nelles compreendidos e necessários à sua execução” (O PAÍZ 1921, p. 5). Não havia nenhuma ressalva acerca dos procedimentos e encaminhamentos a serem tomados relativos à população que ali residia. Muito menos se criaram estratégias para assisti-las em outro espaço destinado para o acolhimento das mesmas.

O arrasamento do Morro do Castelo, assim como a destruição dos barracões do Morro de Santo Antônio, já havia sido planejado por Carlos Sampaio em período anterior, em 1912. Na entrevista do diretor geral de saúde pública, Dr. Carlos Seidl, o mesmo já anunciava o apoio a essa medida proposta. Para ele, a “Idea exitosa” do engenheiro Carlos Sampaio, além de mais salubridade para a cidade, “traria inúmeras vantagens, de mais franca ventilação para a cidade, à conseqüente mudança de local da Santa Casa de Misericórdia (O IMPARCIAL 1912, p. 5).

As duas medidas – a implementação das escolas de dois turnos e o arrasamento do Morro do Castelo –, dentre outros agravantes, causaram o fechamento de várias escolas públicas consideradas “demasiadamente despendiosas”, interferindo na matrícula e frequência de alunos com dificuldade de se deslocarem para outro perímetro urbano.

O jogo buscava “alçadas” e ganhos maiores. Não para a maioria da população que necessitava de políticas públicas para melhorar seu “bem-estar”, conforme sugerido pelo prefeito Paulo de Frontin em mensagem lida na sessão do Conselho Municipal. Em realidade, os ganhos seriam direcionados para uma elite política e

econômica do país, a maior beneficiada com a venda da imagem da República que crescia, progredia, se modernizava.

Se no início do século XX as expectativas em torno da “Reforma Urbana” eram as mais auspiciosas, alguns anos após, na imprensa, Lima Barreto criticava as escolhas administrativas de Carlos Sampaio que ainda insistiam em “modernizar” a cidade, dando visibilidade às questões secundárias e “prejuízo” para o povo. Em 1921, o escritor acusa o político de dedicar “todos os seus esforços para a educação do povo nas coisas de luxo e gozo” (CARETA, 1921a, p. 4). Nessa direção, mostrava-se que o projeto de urbanização e modernização seguia como prioridade administrativa.

A ironia por trás da acusação ia ao encontro dos hábitos e comportamentos forjados e esperados das classes populares: que se vestissem adequadamente, que falassem de forma “cult”, que circulassem e andassem pelas “avenidas com seus luxuosos edifícios”, dentro de um padrão estabelecido por um grupo da sociedade. Na crônica “O Prefeito e o Povo”, Barreto demonstra a regulação social a partir do exemplo da frequência ao Teatro Municipal. Frequentá-lo envolvia um “alto gasto”, bem como “as representações que lá se da [vam], eram em línguas que só um reduzido número de pessoas entend[ia]” (IDEM, p. 4), implicando, então, uma seleção do público presente ou uma adequação aos códigos de conduta e comportamento impostos por esses espaços, o que possibilita pensar a legitimação de um padrão cultural que passava a ser reconhecido como o mais apropriado para a sociedade.

A cidade, que precisava ser preparada para a festa do Centenário de Independência do Brasil, necessitava se exibir de “modernidade e cosmopolitismo”, ainda que a “outra cidade”, sua outra parte, permanecesse com seus subúrbios, com suas feiras, com seus mafuás, com suas “ruas desordenadas e mal calçadas”, com sua população de “hábitos simples”, com suas “famílias de funcionários públicos subalternos”, com suas famílias de “operários”, com seus “desempregados” (REZENDE 2017, p. 21), sem nenhum projeto de “progresso e cidadania”, esquecidos pelas reformas do início da República e negligenciados pelas reformas iniciadas frentes às portas do Centenário. Todavia, para essa parte da cidade, restava virar história, ainda que marginalizada, mas, observada pelas andanças de Lima Barreto e que ganhava vida pela literatura oportunizada pelo cronista.

No dia seguinte do aniversário da Proclamação da República, o cronista escrevia “15 de novembro”. A intitulação da crônica é bastante sugestiva para se

compreender o paradoxo em se comemorar a suposta “liberdade” republicana mediante tantas censuras e exclusões presenciadas no cotidiano das classes populares. Nomeada por Barreto de “regimen de fachada”, os 32 anos de República serviam, apenas, para se questionar “o estado actual do Brazil e do Rio de Janeiro” (CARETA 1921b, p. 6).

Pensando o aspecto dos principais morros da capital federal, entre eles: Favella e Salgueiro; o escritor compara-os com “os cinco mil contos destinados para a reconstrução da Avenida Beira-Mar”, indagando as prioridades políticas diante do estado de miséria que estava acometida a população. “Regimen de fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de ‘parvenu’, tendo como ‘repoussoir’ a miséria geral” (IDEM, p. 6). Esta era a República após sua proclamação. Esta era a República que, no ano seguinte, comemoraria cem anos de um país independente.

Ainda que a negligência fosse observada na transformação dos espaços dos subúrbios em paradoxo do ocorrido com os espaços urbanos centrais, não se negavam que medidas político-sociais se tornavam necessárias na conformação das classes populares, principalmente, da classe trabalhadora que vinha fortemente se movimentando em busca de seus direitos. Compreendendo a instrução popular como um significativo instrumento de organização da sociedade, os representantes dos poderes públicos, em muitos casos, aliados e partícipes dos principais meios de transmissão de notícias propunham pensar os rumos da República a partir de estratégias para convencer a população dos esforços necessários para se alcançar o sucesso educacional. Pelos usos da escrita, embora, na maioria dos discursos, a justificativa da falta de verbas ou os interesses em transferir a responsabilidade financeira com a instrução popular aparecessem, a exposição na imprensa servia como estratégia confiança, de compromisso e reconhecimento social.

É o exemplo do caso do Presidente da Câmara Municipal de “Iguassú” ao expor dados sobre sua administração. O texto do Dr. Manuel Reis sugere ao leitor que o mesmo confie em seu governo e compreenda “seus esforços para manter a moralidade administrativa e reaes benefícios a esta população” (O IMPARCIAL 1916, p. 6). O governante acrescenta em seu artigo notas publicadas em outros periódicos, de modo a comprovar bons resultados de sua gestão. Como parte de seu discurso, o presidente da Câmara afirma que “difundir a instrução no município, para o engrandecimento moral e intellectual do seu povo, é uma das muitas preocupações da administração” (IDEM, p. 6).

Para reforçar sua fala, o político acrescenta publicações “honrosas e entusiasmáticas” que referenciam e demonstram a satisfação da população ao seu governo. Dentre as elogiosas linhas escritas acerca das políticas implementadas, chama a atenção o modo como o *Correio da Manhã* destaca a questão do ensino obrigatório como “coisa útil, uma medida lícita”; embora já se tenha verificado a partir da primeira notícia analisada na Revista *Fon-fon*, de 1920, que, apesar de importante, o ensino obrigatório não foi implementado na cidade no período pesquisado. Contudo, no ano de 1916, nos discursos feitos pelos articulistas do tabloide, a iniciativa do Dr. Manuel Reis foi favorável à obrigatoriedade do ensino, recomendando que trabalhassem junto aos pais de família, a fim de obter que os mesmos obrigassem os filhos maiores de 6 anos a frequentarem a escola.

Trata-se, como se vê, de uma ação meramente persuasiva, sem base na legislação, nem meios coercivos para tornar-se efectiva. Contudo, Ella já revela a preocupação de melhorar o ensino primário, prescrita aos governos estadoaes e municipaes, quase sempre arruinados e descuidosos, sob pena de nunca termos no paiz o que se possa chamar de realmente o ensino das primeiras letras (CORREIO DA MANHÃ 1916 apud O IMPARCIAL 1916, p. 6).

Ao incorporar esses trechos, infere-se que o autor utilizava de artifícios e medidas que contribuía para que o leitor aceitasse e confiasse em seu projeto. A repetição consistia no meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular. Era assim que o jornal agia, repetindo e insistindo na divulgação dos problemas e nas soluções para a educação, já que esta era a “chave”, para que se obtivessem os resultados esperados.

Uma das estratégias utilizadas no discurso do presidente da Câmara de “Nova Iguassú” foi tentar convencer seus leitores de que a educação era responsabilidade dos poderes públicos, mas, ainda, da iniciativa privada. Essa transferência do encargo educacional para a sociedade também pode ser percebida no discurso travado pelo prefeito do Distrito Federal, como tentativa de economia aos cofres públicos.

Segundo o senhor Dr. Paulo de Frontin, em mensagem lida na sessão do Conselho Municipal, do dia 1º de junho de 1919, há um tópico destinado ao Centenário da Independência do Brasil, onde são indicadas providências já tomadas, como a publicação do “Livro do Centenário”. Ali apontam os projetos a serem postos em prática, caso intentassem uma comemoração “digna”. Nos moldes em que o país se encontrava, “não h[avia] esperança”, nem certezas de que se teria o que comemorar no ano de 1922. Segundo o chefe de governo distrital, a instrução

merecia um olhar atento, pois consistia “em outro problema que logo demandava especial atenção” (O PAÍZ 1919a, p. 5).

Apesar da atenção necessária evidenciada em seu discurso, em seguida, em seu entendimento, as despesas eram “exageradas” se comparadas à baixa frequência dos alunos nas escolas existentes, aos prédios inadequados, à “formação precária do professorado”, ao “pouco proveitoso” serviço médico escolar, ao ultrapassado ensino profissional que exigia “remodelação”, “ao baixo retorno do ensino noturno” (IDEM, p. 5). Logo, por via de uma explicação pública, legitimavam-se as escolhas tomadas.

Tratar as questões educacionais sob uma perspectiva de “despesas exageradas” aponta para o modo que “essa gente” da cidade, assim como seus ganhos reais, estavam sendo tratados. Ainda que a República no campo político, cultural e social, promettesse, inspirada na tradição liberal francesa e norte-americana, “liberdade, igualdade, participação e democracia, por diversos motivos, essas bandeiras republicanas foram rapidamente frustradas” (MORAES, 1994, p. 5). A imprensa diária do início dos anos 1920, recorrentemente, retratava a população, cada vez mais distante, dos benefícios das reformas prometidas com a chegada do Centenário.

Carlos Kessel (2001), ao examinar os contextos políticos liderados pelos prefeitos Paulo de Frontin, mas, principalmente, por Carlos Sampaio, demonstra uma ideia hegemônica de que o embelezamento da cidade era o principal objetivo para prepará-la para a recepção de seus “hóspedes”, de modo que, o procedimento de demolições e construção de um novo cenário era o mais adequado, custasse a quem custasse, ainda que “grande parte da população assistisse, de longe, às festividades e não fosse beneficiada pelas obras” (p. 92).

Portanto, “urg[ia] tomar as providências necessárias para que, com maior brilhantismo, [fosse] festejado em todo o paiz e principalmente na Capital da República” (O PAÍZ 1919a, p. 6) o Primeiro Centenário de Independência do Brasil. Em diálogo com Silva (2009), é interessante observar que o remodelamento do espaço urbano e seu processo de urbanização e modernização já haviam sido pautas de discussão em diferentes momentos históricos, inclusive, no último quartel do século XIX, no rol das preocupações de governo da cidade do Rio de Janeiro. Umas concretizadas e outras não; umas bem-aceitas e outras causando mais desconforto. As tentativas de projetos de reestruturação e melhoramento urbano voltam a ser apontadas como demandas e preocupações levantadas pelos próprios administradores.

É o que se leu no artigo publicado no jornal *O Paíz*. Retomando a mensagem do prefeito do Distrito Federal, o senhor Dr. Paulo de Frontin, além do entusiasmo, nela havia a preocupação com a chegada do ano de 1922. Muitas demandas observadas, porém, pouca política pública.

Uma cidade em processo de modernização, mas com dados “vagos, muito incompletos, e, sobretudo, illusórios”, que ignora a massa da produção agrária e industrial nacional, se contentava com informações demográficas baseadas apenas no registro civil, os cálculos populacionais com variáveis altíssimas, baseados em “suposições, destituídas de bases sólidas de cálculo”, alguns meros “palpites” (O PAÍZ 1919b, p. 3), essa realidade não se podia aceitar.

No jornal *O Paíz*, o prefeito segue relatando os defeitos da legislação, os insucessos agrícolas, manufactureiros e comerciais, uma ausência de esforços públicos que legitimavam “uma lamentável prova da incúria dos governos” (O PAÍZ 1919c, p. 3), fatos que necessitavam esforço e realidade. Para o dirigente, “se avizinhava a celebração do centenário da independência” e era certo que se teriam “vantagens materiais e morais com a publicação do recenseamento geral da República”, sendo incontestável, “um desastre de gravíssimas consequências, que em circunstâncias tão especiaes, pelos seus defeitos, convergissem sobre nós a atenção dos outros povos” (O PAÍZ 1919c, p. 3). Seu discurso, mais uma vez, transparece os interesses por uma cidade para se ver mais do que para se viver.

Considerações finais

Baseado nas denúncias e insucessos envolvendo as reformas urbanas, bem como o projeto de modernidade republicana, é notório o incômodo que a situação da cidade, suas condições físicas, materiais e culturais destacadas causavam em parte da sociedade. A preocupação inicial não centrava nos ganhos que sua população obteria com a instrução, com as obras e urbanização de seu território, com a exatidão e retorno que o recenseamento poderia fornecer. De antemão, trata-se da representação da Pátria e da República. Estava em jogo a imagem que a capital passaria a outras regiões, muitas delas, consideradas “menos civilizadas” ou pouco modernas, mas, principalmente, se importava com a imagem circulada entre as nações desenvolvidas e de maior potencialidade econômica.

No entanto, pensa-se que não havia a possibilidade de “converter, a um só tempo, toda a capital em um canteiro de obras. Por outras palavras, o desafio consistia

em uma tentativa de imprimir organicidade, harmonização e disciplina a partir das características do cotidiano” (SILVA 2009, p. 80).

Assim, com o propósito de alcançar a harmonia estética e eliminar, ao máximo, as perturbações que pudessem ser promovidas pelos diferentes, houve uma tentativa de constituição da identidade nacional a partir de fortes apelos simbólicos na construção do repertório do imaginário. Dentre tais símbolos, uma organicidade material em torno da escola podia significar uma estratégia para a remodelação e o desenvolvimento futuro da sociedade. Contudo, apesar do destaque dado ao papel da educação formal como estratégia de modernidade, em nome da (in)visibilidade de uma transformação urbana, os investimentos públicos se voltavam, primeiramente, ao espaço urbano central em detrimento às mazelas reais das classes populares. Compreende-se que só parte da capital se beneficiava com as obras, assim como, a expansão da escola não acontecia no ritmo esperado pelos idealizadores republicanos e, ainda, sem os investimentos públicos necessários. Enquanto isso, a circulação das práticas educativas, viabilizada por diferentes veículos transmissores das ideias, voltadas aos interesses de modernidade e progresso, dentre eles os jornais e a literatura, passava a ser reconhecida como uma aliada na construção deste projeto de cidade e de sociedade a caminho da civilização.

Referências

- ALMEIDA, C. B. *Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- AZEVEDO, A. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2016.
- BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2007.
- BARRETO, L. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 5. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1971.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- CÂMARA, S. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2010

CARETA, 15 jan. 1921a.

CARETA, 26 nov. 1921b.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. 3. ed. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 2012.

FON-FON, 3 jul.1920.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, RJ: Nau, 2001.

JORNAL DO COMMERCIO, 22 ago. 1919.

KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria das Culturas, 2001.

MORAES, J. G. V. *Cidade e cultura urbana na primeira república*. 6. ed. São Paulo, SP: Atual, 1994.

O IMPARCIAL, 11 nov.1911.

O IMPARCIAL, 14 ago. 1912.

O IMPARCIAL, 24 mar. 1913a.

O IMPARCIAL, 30 ago.1913b.

O IMPARCIAL 30 jan. 1913c

O IMPARCIAL, 02 mai.1916.

O MALHO, 11 nov. 1911.

O MALHO, 30 ago. 1913.

O PAÍZ, 2 jun. 1919a.

O PAÍZ, 2 ago.1919b.

O PAÍZ, 3 ago. 1919c.

RESENDE, B. *Lima: cronista do Rio*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.

ROCHA, O. P.; CARVALHO, L. A. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SILVA, J. C. S. A reforma Fernando de Azevedo e o meio social carioca: tempos de educação nos anos 1920. In: VIDAL, D. G. (Org.). *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008. p. 111-43.

SILVA, J. C. S. *Teatros da modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

Submissão em: 16-10-2018

Aceito em: 26-11-2018